



RELAÇÕES DE GÊNERO E PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL

*GENDER RELATIONS AND WORK PROCESSES
IN SOCIAL WORK*

Lidiane Cavalcante Tiburtino¹

RESUMO

O artigo se configura como um recorte da pesquisa “Relações Sociais de Gênero e Precarização do Trabalho: um estudo sobre as contradições de gênero no processo de expansão dos espaços sócio-ocupacionais das/os Assistentes Sociais na política de Assistência Social”, realizada no município de João Pessoa (PB), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tem como central a discussão das relações de gênero no Serviço Social, na perspectiva de aprender como a perenidade da presença majoritária feminina na profissão se expressa nos processos de trabalho. Um dos elementos conclusivos aponta para a necessidade de aprofundar às análises que relacionam as construções sociais das relações de gênero ao processo que confere ao Serviço Social uma posição de subalternidade nos processos de trabalho.

Palavras-chave: Relações de gênero; Serviço Social; Divisão sexual do trabalho; Processos de trabalho.

ABSTRACT

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com ênfase na linha de pesquisa: Trabalho, Gênero e Seguridade Social. Docente de graduação na área de Fundamentos em Serviço Social, nas Faculdades Integradas de Patos – FIP. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

This paper figures itself as a cutout of the research “Relações Sociais de Gênero e Precarização do Trabalho: um estudo sobre as contradições de gênero no processo de expansão dos espaços sócio - ocupacionais das/os Assistentes Sociais na política de Assistência Social”, in the city of João Pessoa (PB), linked to the Post Graduation Program in Social Work on the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) and it has as main point the discuss of gender relations on Social Work in the perspective of bringing how female majority presence perennality in the profession expresses itself on working processes. One of the conclusive elements points to the need on deepening the analysis that relates social constructs of gender relations to the process that confers to Social Work a position of subalternity in working processes.

Key-words: Gender relations. Social Work. Sexual division of work. Working processes.

Submetido - 25/03/2014

Aceito - 17/09/2014

INTRODUÇÃO

O artigo resulta das inquietações referentes à inserção das/os assistentes sociais nos processos de trabalho, adensados pelos estudos desenvolvidos ao longo da graduação no período (2008-2012) em Serviço Social e, especialmente com a participação em pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Outra informação a ser ressaltada, é o da experiência política vivenciada em grupos do movimento feminista e do movimento estudantil², já que esta possibilitou um olhar diferenciado sobre as relações sociais estabelecidas na sociabilidade capitalista.

²A participação em grupos feministas resultou da inserção na Consulta Popular (CP) 2009/2010, como Pré-núcleo em Campina Grande – PB, o movimento surge em 1997, e empreende o rompimento com a centralidade na luta eleitoral, com isso gera profundos incômodos, pois sua prática, cobra responsabilidades, exige esforço, criatividade, paciência e ousadia. A base inicial dessa organização política é formada, principalmente, pelos milhares de militantes dos movimentos sociais, que são um importante patrimônio acumulado pela esquerda brasileira e que serão incentivados a assumir como seu objeto de reflexão e de prática, de forma ainda mais plena, o Projeto Popular para o Brasil, o que me possibilitou uma maior aproximação com as lutas feministas, a partir da articulação com A Marcha Mundial de Mulheres na Paraíba e participação no Encontro Nacional de Mulheres da CP na Bahia. Houve ainda, no período de 2009 a 2011, a participação no Movimento Estudantil (ME), o que também resultou na sensibilização para a participação nas lutas feministas, tendo em vista as particularidades do ME de Serviço Social e as temáticas abordadas no curso.

Esses processos, dentro e fora do âmbito acadêmico, possibilitaram amadurecimento teórico com relação à temática, a respeito da inserção das/os profissionais nos processos de trabalho. Sendo assim, com uma maneira diferenciada de observação da realidade, resultante das experiências supracitadas, percebeu-se a necessidade de correlacionar a dimensão das relações de gênero como um dos pontos integrantes do processo de precarização do trabalho das/os assistentes sociais.

Adverte-se para a necessidade de se trabalhar os conteúdos teórico-metodológicos do Serviço Social de forma transversal, ou seja, em uma perspectiva de classe, gênero e raça/etnia, com o objetivo de abarcar a complexidade que rege a constituição das relações sociais. Dessa forma, apontamos um caminho que tenha como premissa, a análise do processo de construção histórico/social em torno da feminização de determinados papéis, atividades e profissões, como partes constituintes das estratégias de produção e reprodução do capital³ e do patriarcado⁴, voltadas para a desqualificação da força de trabalho, neste caso específico, da mulher.

Nesse sentido, chame-se atenção para o fato de que a análise das relações de gênero é de fundamental importância para o Serviço Social, seja pela histórica marca de gênero que acompanha a profissão, desde a sua gênese – com todas as suas determinações e implicações à categoria profissional – seja pelo seu caráter de trabalhar inserido nas relações sociais, em que gênero compõe uma das dimensões fundamentais. Portanto, é indispensável para compreensão da profissão e para a sua intervenção nessas relações.

Esses processos implicam como substrato central da análise, compreender o papel da mulher na sociedade contemporânea, aliado ao percurso das lutas feministas pela efetivação dos direitos das mu-

3 Entendemos a complexidade das relações de gênero e que as mesmas não se limitam a sociabilidade capitalista, sendo estas anteriores ao próprio sistema. Contudo, nossa análise se desenvolve dentro dessa sociabilidade, referenciando como a mesma tende a acirrar essas diferenciações entre os sexos no mercado de trabalho, buscando responder ao objeto de estudo em questão.

4 Coloca-se o patriarcado não apenas como um sistema de dominação, tendo por base a ideologia machista e sexista. A esse elemento conjuga-se um sistema de exploração, sendo o patriarcado o sistema de dominação-exploração mais antigo do ocidente, atingindo tanto o terreno político e ideológico, quanto o terreno econômico, conforme aponta Saffioti (1987).

Iheres e a construção de relações sociais mais igualitárias no campo do trabalho e nas mais diversas esferas da vida social.

Essas afirmações nos levam a optar por uma proposta metodológica, que compreenda a lógica interna dos grupos, instituições e sujeitos sociais, relacionado ao contexto externo que rege as determinações das relações sociais que os circundam. Dessa forma, optamos pelo método crítico-dialético, ao considerarmos que este possibilita uma análise dos indivíduos como produtos de uma práxis social, dotados de historicidade. Ou seja, não encaramos os indivíduos isolados em si ou do contexto histórico que os circunda, considerando desta forma que há uma base material para o universo simbólico.

Nesse sentido, a proposta metodológica partirá de uma análise qualitativa dos dados da pesquisa, datada no período de 2012-2013, conformando um dos resultados do processo de elaboração da dissertação de mestrado em andamento. Os dados colocam o ponto principal do processo que norteia como se expressam as contradições das relações de sociais de gênero imersas nos processos de trabalho das/os assistentes sociais, no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no município de João Pessoa (PB), no que tange a hierarquização dos cargos executados pelas/os assistentes sociais. Conformam-se aspectos que levem em consideração a categoria gênero como parte constituinte e integrante das relações sociais, na tentativa de demonstrar que as análises dos determinantes que cercam o contexto de precarização do trabalho das/os assistentes sociais, não se apresentam de forma neutra e tampouco assexuada.

RELAÇÕES DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL

Optar por uma pesquisa que traga como central a discussão das relações de gênero no Serviço Social, é assumir um compromisso teórico-político a partir de duas premissas: a primeira centra-se na necessidade de compreender o serviço social, inserido nas relações sociais da sociabilidade capitalista, instituindo o gênero como parte integrante dessas; a segunda questão apresenta-se no sentido de colocar para o Serviço Social a necessidade de se trabalhar a transversalidade nos conteúdos, possibilitando uma intervenção que questione os papéis conservadores de gênero. Essas questões definiram o direcionamento da profissão no cenário atual, uma vez que as relações de gênero se expressam como uma das dimensões da realidade social na qual o profissional do Serviço Social está inserido.

Alguns autores⁵, ao discorrer sobre o processo de feminização da profissão, afirmam que esta se constituiu historicamente como uma profissão de mulheres e para mulheres. Desse modo, cabe evidenciarmos que essa realidade é composta e fortemente marcada por relações e contradições de gênero, pois sabemos que homens e mulheres não ocupam posições igualitárias na sociedade, tanto no campo do privado, quanto no público, mesmo que estas as mulheres venham a ter a mesma formação profissional e/ou qualificação técnica que os homens, e com isso ocupem os mesmos espaços, as discriminações de gênero se apresentam de forma concreta no cotidiano profissional, questão essa que se apresenta como um dos focos centrais da nossa pesquisa.

Tais assertivas nos colocam a necessidade de compreendermos o conceito de gênero e das relações de gênero⁶, e apreendermos como essas permeiam e se expressam no cotidiano profissional. Nesse sentido, adentramos em um campo de análise que leva em consideração aspectos sociais, culturais e relacionais das distinções baseadas no sexo/gênero, dotando esta categoria da dimensão histórica que a circunda, na tentativa de superar o determinismo biológico e a construção de papéis conservadores de gênero na sociedade, que nor-teiam a constituição de profissões eminentemente femininas, como exemplo, a de Serviço Social.

Ao discorrer sobre o conceito de gênero, abordando o mesmo como uma categoria útil à análise histórica, a historiadora Joan Scott (1990, p.16) afirma que:

O gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder

5 Cisne (2012), Cisne (2004), Hirata (1995): As autoras em questão, não reforçam os padrões conservadores de gênero que nor-teiam a feminização de determinados papéis, pelo contrário, elas colocam a marca de gênero que permeia o âmbito profissional como um fenômeno social, ou seja, determinado historicamente.

6 Tratamos aqui de gênero e relações de gênero no sentido de que um compreende o outro, mas acreditamos que o uso do termo relações de gênero compreende as relações sociais nas quais o gênero esta imerso, parte então da conceituação do que é gênero e das contradições postas por uma dada sociabilidade e pelo movimento que o próprio termo expressa na realidade concreta, coloca-se as relações de gênero como aquele que traduz melhor o caráter histórico da construção de hierarquias entre os sexos.

no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas [...]. Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que estas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial as fontes matérias e simbólicas), o gênero torna-se envolvido na concepção e na construção do poder em si mesmo.

Diante do exposto, pode-se constatar o gênero como uma percepção sobre as diferenças sexuais, condicionadas e hierarquizadas social e culturalmente no curso do processo histórico, “como uma primeira maneira de dar significado as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 16), uma categoria que define e redefine a construção do ser mulher e do ser homem, pelo condicionamento de papéis adequados ao masculino e ao feminino, e este último quase sempre desqualificado tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, onde geralmente as mulheres aparecem de forma mais expressiva.

No entanto, em que pese à importância dessa contribuição conceitual é importante sinalizar sua limitação ao terreno do discurso, posto que insuficiente, tanto para explicar as relações de exploração e opressão, ambas materializadas na vida social, como para indicar as ações da superação destas relações, as quais extrapolam a via exclusiva da conscientização. Trabalhar com a categoria gênero passa, assim, por um posicionamento político, econômico, cultural e social acerca da sociabilidade que se vive e a que se quer.

Tais considerações se tornam importantes a fim de analisar o Serviço Social inserido no desenvolvimento das relações sociais, das quais o gênero é parte integrante e constituinte. De antemão, destacamos que no caso do processo de institucionalização da profissão, essa se torna uma categoria fundamental para análise, não só pela forte marca feminina que caracteriza a profissão, mas também pela relação que se estabelece no curso da história entre gênero e a Questão Social, que se apresenta como o fundamento central da profissão.

Esses elementos são adensados, diante da maneira como essas relações de gênero se expressam com funcionalidade ao sistema capitalista, dotadas de uma nítida hierarquia, a qual a classificação do gênero necessariamente comporta. Essa hierarquia é um dos condicionantes que resulta e vem explicar a constante estrutural assimetria na engrenagem das relações entre os gêneros. De fato, um dos

aspectos concretos que demonstram essa teoria, é o desprestígio social, econômico e cultural, de profissões majoritariamente femininas, o que repercute diretamente nas relações e condições de trabalho destas/es profissionais, como exemplo o Serviço Social.

Nesta perspectiva, cabe destacar a análise que Veloso (2001, p. 71), com base em Kofes, na medida em que o mesmo aponta que:

[...] o gênero não se mostra como uma categoria de grande importância para se pensar o Serviço Social apenas pelo fato de este ser uma profissão com maioria esmagadora de mulheres. O fato de o Serviço Social ser uma profissão de maioria feminina é considerado como expressão de um modelo de relações de gênero específico, de uma lógica que rege a organização da sociedade, com a inserção diferenciada de homens e mulheres em determinadas profissões. A chamada “marca feminina” da profissão não é o problema em si, mas uma das determinações mais visíveis do gênero. Poder-se-ia afirmar, inclusive, que tal “marca feminina” constitui-se uma refração de gênero. A partir dela, pode-se constatar a questão, mas ela não é, em si mesma, a questão. Pensar a profissão levando-se em conta a presença esmagadora das mulheres em seu interior é de suma importância para o entendimento do serviço social. No entanto, a questão não se esgota aí. É necessário ir além. É necessário perceber o que está por trás da configuração deste quadro majoritariamente feminino. É necessário perceber a lógica que rege tal configuração. É imprescindível atentar para o fato de que o gênero estrutura este quadro. É necessário perceber o serviço social não apenas a partir das mulheres, tomadas como categoria empírica, mas também a partir das relações de gênero.

Assim, a que se referir não à análise endógena da profissão, bem como dos sujeitos que a compõem, mas de situar essa problemática no quadro da divisão sexual do trabalho⁷ e buscar uma análise dialética de como o gênero implica no processo de precarização destas profissionais. Partindo dessas considerações, as análises de gênero não devem descrever as classificações/categorizações, mas identificar como os significados atribuídos a estas relações de gênero

⁷ “Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. Primeiro na Etnologia (Mathieu, 1991; Tabet, 1998), depois na Sociologia e na História” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 597).

interferem e contribuem na construção do mundo do trabalho e, em profissões como as do Serviço Social.

Diante disso, nos cabe evidenciar aspectos históricos que norteiam a construção do processo de surgimento da figura da mulher na arena pública e da profissão do Serviço Social, norteados por aspectos contraditórios imanentes ao próprio sistema.

Conforme Leroux (1986), a partir do aprofundamento da questão social, em consequência do processo de industrialização que tendeu a reconfigurar antigas relações em favor da produtividade industrial, surgem, por volta de 1917, os primeiros serviços de assistência social de forma institucionalizada, através da criação das superintendências voltadas, em um primeiro momento, a atender as mulheres operárias, especialmente com a preocupação moral quanto à permanência destas fora de casa. Importante destacar que o capital torna inapto e apto o trabalho das mulheres, conforme as suas necessidades de reprodução e controle social, juntamente com as crianças foram necessárias no processo de industrialização, em função da facilidade do capital de exercer o controle sobre esses segmentos subalternizados socialmente. De fato, as mulheres exercem uma função social essencialmente importante tanto no aspecto reprodutivo como produtivo para manutenção do sistema.

Nas palavras de Moreira (2003, p. 92):

À medida que a sobrevivência da força de trabalho ganha importância e que a disputa por postos de trabalho passa a se acirrar, as mulheres são incentivadas a priorizarem o papel advindo do regime patriarcal. Isso pode também explicar a procura e presença das mulheres em profissões relacionadas às ocupações que exerciam junto à família.

O Serviço Social expressa bem esse papel, possibilitando um espaço de profissionalização para as mulheres, já que a profissão se aproxima de funções mais bem assimiladas culturalmente por elas, por estarem voltadas à reprodução da família e ao controle social.

No início da institucionalização da profissão, o trabalho das assistentes sociais esteve voltado às mulheres burguesas, pelo fato destas serem consideradas mais adequadas e em condições de educar os trabalhadores, com base na perspectiva do controle social e reprodução da família. Contudo, cabe destacar o rearranjo que o capitalismo empreende no desenvolvimento da relação capital x trabalho. Nesse

sentido, Mészáros (2006), coloca que se empreende uma reciprocidade dialética em que o rearranjo do capital sobre o trabalho implica na realocação das medidas que regem a constituição desses indivíduos enquanto trabalhadoras/es assalariadas/os.

Outrossim, destaca-se que “o crescimento das atividades assistenciais, o contato com outras realidades de classe, e a ascensão das mulheres como força de trabalho, significou a ampliação da presença de outros segmentos de classe na profissão” (MOREIRA, 2003, p. 92), o que abriu espaço para outra possibilidade de profissionalização das mulheres operárias que foram tão incentivadas ao trabalho fabril, e que, por muitas vezes, vivenciaram, conforme as crises e necessidades do sistema, uma situação de flutuação entre o trabalho fora do âmbito doméstico e o retorno ao mesmo, se vendo na necessidade de optar por carreiras que garantissem a permanência no trabalho. E, a profissão do Serviço Social se constitui como uma dessas alternativas.

Esse terreno, marcado por contradições de classe, gênero e raça/etnia, expressa limites e possibilidades marcadas por uma dualidade que se funda na constituição de uma feminização conservadora em torno da profissão, ou na possibilidade de firmar uma prática que conteste os papéis conservadores de gênero e possibilite à superação da subalternidade conferida às mulheres, vindo a contribuir com os interesses do feminismo.

De acordo com as análises de Cisne (2010), a que se referir que é com base em ações e opções políticas que as concepções e identidade de gênero, classe, raça/etnia das/os profissionais irá direcionar política e culturalmente a profissão. A autora destaca que análises simplistas, com relação às relações de gênero, tendem a reforçar afirmativas que evidenciam o sexo como determinante de valores e ações, não abordando aspectos históricos, sociais e culturais que norteiam a construção dessas categorias, e a desnaturalização de práticas e atributos ditos femininos ou masculinos, questões que estão intrínsecas não só ao processo de institucionalização da profissão, mas no próprio cotidiano profissional o que coloca a necessidade de ir além, de perceber o Serviço Social a partir das relações de gênero.

Iamamoto e Carvalho (2008, p. 171-172), destacam o processo de feminização da profissão, apontando a origem social da mesma, bem como os aspectos culturais e econômicos que norteiam o processo.

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção.

Dessa forma, cabe destacar a predominância feminina na profissão desde as suas origens, ligada a características enraizadas culturalmente e legitimadas ao âmbito feminino, seguindo as análises de hierarquização dos papéis conservadores de gênero, e, por conseguinte, da divisão sexual do trabalho, uma vez que esta possibilita perceber as nuances da exploração capitalista, muitas vezes despercebida devido à naturalização da subalternidade das mulheres nesta sociedade. O que coloca ao Serviço Social a importância de apreender a categoria-gênero e o movimento feminista para a profissão na contemporaneidade, tendo em vista as diversas determinações que norteiam esse processo.

A REPRODUÇÃO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

De acordo com o que vem sendo exposto ao longo do artigo, destaca-se a problematização do termo divisão sexual do trabalho, já que o mesmo questiona categorias e métodos que tendem a ser naturalizados no curso da formação social e histórica da sociedade, atribuindo um caráter assexuado as análises, como se as construções sociais das relações de gênero não interferissem na posição de subalternidade que as mulheres ocupam tanto no âmbito do privado como do público, sendo esta agravada na sociabilidade capitalista.

Um primeiro ponto a ser destacado, no que se refere à incorporação do termo divisão sexual do trabalho, é a observação da distribuição desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho, associada à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. Não devendo contudo, ser reduzido a uma mera constatação de desigualdade nas tarefas desenvolvidas, já que o referido termo nos permite ir além, sendo um equívoco essa redução ou simplificação da questão.

Falar em divisão sexual do trabalho nos permite constatar que as desigualdades são sistêmicas, não simplificáveis, o que nos coloca a necessidade de articulação dessa descrição com um pensamento “sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero” (HIRATA; KERGOAT, 2007), que tende a reforçar uma leitura naturalista dos processos que reduzem práticas sociais a “papéis sociais” sexuados.

Conforme Hirata (2002), a passagem das categorias neutras para categorias sexuadas e o questionamento que essa passagem suscita em relação aos conceitos e às teorias existentes nas ciências sociais, leva a uma reconversão importante, no que tange a consideração das mulheres como sujeitos sociais, o que repercute em efeitos de renovação teórica e analítica aos estudos desenvolvidos nas ciências sociais. Abre-se a possibilidade de repensar o conceito de trabalho, por exemplo, ultrapassando avaliações economicistas, com relação à temática.

Há de se convir que as relações sociais sexuadas e a divisão sexual do trabalho representam expressões indissociáveis e que formam epistemologicamente o mesmo sistema. As relações sociais sexuadas existem anterior e posteriormente ao termo divisão sexual do trabalho, elas preexistem como noção e são posteriores como problemática (HIRATA, 2002), o que se coloca nesse campo analítico é a separação e hierarquização de cargos e funções no que se refere às diferenças sexuais dos sujeitos sociais envolvidos no processo produtivo e reprodutivo de uma dada sociabilidade.

Nesse sentido, coloca-se a necessidade de ir além da descrição de indicadores que medem as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A chave centra-se para além dessa segmentação do trabalho entre esses indivíduos dotados de um sexo e gênero diferenciado, coloca-se na hierarquização de tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos. O que reafirma os dois princípios organizadores que regem essa forma particular de divisão sexual do trabalho: o da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o da hierarquia (o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher), este último se torna de suma importância na nossa pesquisa, tendo em vista as assimetrias existentes nos processos de trabalho desenvolvidos por homens e mulheres assis-

tentes sociais, no que repercute a cargos e funções desenvolvidas por ambos.

Sendo assim, uma análise em torno da divisão sexual do trabalho se faz imprescindível para entender o lugar que o Serviço Social ocupa na divisão sociotécnica do trabalho, bem como o crescente quadro de precarização do trabalho a que estão submetidos estes profissionais, em especial na política de Assistência Social, lócus da nossa pesquisa.

O que os dados revelam: indicativos acerca da hierarquia de gênero no Serviço Social

De acordo com levantamento dos dados⁸, realizado para delinear o perfil e assim definir a amostra da pesquisa em questão, podemos evidenciar uma hierarquização dos cargos conforme aspectos de assimetria de gênero, o que nos remete a afirmar que tais questões não surgem como meras abstrações, mas sim, se expressam na realidade concreta do cotidiano dessas/desses profissionais. Um dos pontos que nos leva a tal assertiva, é o fato de que, quando analisamos a função que as/os profissionais exercem no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), percebemos que 71% que ocupam a função de Assistentes Sociais são mulheres, e estão diretamente vinculadas à execução dos serviços, lidando com as famílias assistidas, crianças e adolescentes que têm os seus direitos negligenciados. As profissionais estão situadas nos postos que lidam de forma direta com os indivíduos que estão em situação de risco ou vulnerabilidade social, em uma política em que o controle social e a reprodução da família ainda são as palavras de “ordem”. Os únicos dois homens que compõem o quadro de assistentes sociais do SUAS em João Pessoa, estão dentre os 22% que ocupam os cargos de coordenação dos programas.

Apreender esse movimento do real, esboçando os processos pelos quais a sociabilidade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades é fundamental diante desse processo. Nessa premissa, cabe destacar as análises que Cisne (2004, p. 127) faz com base em Lobo (1991):

A subordinação da mulher e os “dons” ou habilidades di-

⁸O levantamento dos dados foi realizado a partir do mapeamento dos espaços sócio-ocupacionais das/os assistentes sociais inseridos no âmbito do SUAS no município de João Pessoa (PB), com a ida a campo em setembro de 2012.

tas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da mão-de-obra feminina, pois as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres, ao serem vistos como atributos “naturais”, extensões de habilidades próprias do gênero feminino, são consideradas como dons e não trabalho. Nesse sentido, afirma Lobo: “Uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como ‘menos complexa’” (LOBO, 1991, p.150). Este “menos complexa” vem a ser a “justificação” de desprestígio e de desvalorização do trabalho feminino.

Esse processo, expresso na naturalização dos papéis ditos “femininos”, é apropriado e reproduzido pelo capital, ao contribuir diretamente para seus interesses econômicos, sociais e culturais, tanto no âmbito da reprodução social, como na produção. Assim, para se compreender a expansão da “feminização” do mercado de trabalho, faz-se necessário entendê-la como “parte de um processo mais amplo de transformação do capitalismo, que vem sendo identificada com os processos de globalização e de reestruturação produtiva” (ARAÚJO, 2000 *apud* CISNE, 2004, p. 133). Expresso no cenário contemporâneo em três dimensões complementares e contraditórias, a saber, do significativo crescimento do trabalho feminino, do crescimento renovado no setor de serviços e a precarização e vulnerabilidade das profissionais deste setor, onde se encaixa a/o profissional do Serviço Social.

O acesso a essas profissões não se desenvolve naturalmente, esse processo se expressa dialeticamente, se afastando de qualquer linearidade ou naturalidade que esteja posta no discurso machista, sexista e patriarcal, que tende as análises biologizantes em torno do gênero. Trata-se de um processo que só pode ser explicado de forma a mergulhar no emaranhado que compõe as relações sociais nesta sociabilidade, englobando aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais, dos quais o gênero é parte integrante e constitutiva.

Cisne (2012, p. 110) destaca que:

O serviço social, não possui uma essência feminina, mas, torna-se uma profissão mais procurada pelo público feminino devido à ideologia patriarcal que se expressa pela educação sexista. A educação sexista não educa homens e mulheres apenas de forma diferente, mas, também, desigual, levando muitas mulheres a crerem que possuem uma essência que as torna naturalmente mais aptas para determinados trabalhos. Para isso, inculca valores e qualidades considerados femininos para moldar um modelo

de mulher apto a atender aos interesses patriarcal capitalistas.

Dessa forma, faz-se necessário problematizar a divisão sexual do trabalho, nas análises que permeiam as atuais configurações do trabalho das/os assistentes sociais, compreendendo a atribuição de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo, como fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter econômico/de classe sobre a exploração e opressão da mulher.

Nesse sentido, a articulação com a ideologia feminista, o ideário do movimento, deve se fazer presente na agenda profissional, tendo em vista, as questões de gênero, que permeiam o âmbito interior e exterior à profissão, ou seja, as relações sociais nas quais a profissão está inserida, sendo o gênero parte constituinte e integrante das mesmas. Essa afirmativa se faz necessária diante do fato de que o feminismo contraria as análises que tendem a reforçar afirmativas que evidenciam o sexo como determinante de valores e ações, não abordando aspectos históricos, sociais e culturais que norteiam a construção dessas categorias, desconstruindo papéis impostos a homens e mulheres, lutando pela superação da opressão e exploração a que estão submetidas as mulheres.

O cotidiano profissional da/o assistente social tem se confrontado com um leque de situações que expressam assimetrias sociais, que englobam a categoria gênero: como abuso sexual, violência contra as mulheres, gravidez na adolescência, planejamento familiar, direitos reprodutivos, aumento de mulheres envolvidas com o tráfico, entre outras. Esse cenário coloca para o Serviço Social a necessidade de acompanhar as discussões de gênero e as lutas do movimento feminista, tendo em vista, não reproduzir padrões normatizadores de gênero, que tendem a naturalizar os papéis masculinos e femininos com base em aspectos anatômicos – fisiológicos dos indivíduos sociais, o que repercute em práticas que legitimam a dominação masculina. Diante desse quadro, apostamos na importância de recuperar o legado do feminismo, e acompanhar o percurso das lutas se inserido como participantes das mesmas.

Sabe-se que o serviço Social é uma profissão que é em sua maioria composta por mulheres, não só município de João Pessoa (PB), e em específico na política de Assistência Social, mas conforme dados apresentados por Lisboa (2010), 95% das/os trabalhadoras/os

do Serviço Social são do sexo feminino como num todo. Sendo assim, chamamos atenção para a necessidade de recuperar no legado da profissão o descompasso que se fez presente, com relação aos estudos feministas, substituídos na década de 1990 por estudos de gênero, ganhando maior espaço no âmbito acadêmico. Adverte-se para o fato, desse desencontro contribuir para a consolidação de um estatuto do saber que reproduza a questão de gênero e legitime posturas conservadoras.

Devido ao processo histórico de institucionalização da profissão, não se pôde perceber a preeminência de um espaço aberto às discussões de gênero, questão essa que o Serviço Social vem tentando recuperar, em meio ao cenário contraditório no qual se instaura. Alguns profissionais vêm tentando pautar as discussões de gênero no âmbito profissional, insistindo na importância da transversalidade na mediação teórica sobre as demandas que surgem no cotidiano das práticas da categoria, ainda que de forma tímida, poderíamos dizer que pulverizada, quando não isolada, essa temática vem aos poucos ganhando espaço, já que, como apontado, o meio em que a profissão está inserida demanda tal abertura, mas advertimos que ainda se tem muito a avançar nesse quesito.

O Serviço Social se aproxima do movimento feminista, e, por conseguinte, dos estudos de gênero na década de 1990, na medida em que passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra a mulher e discriminações étnicas, raciais e culturais, pautando debates como a homofobia, lesbofobia, transfobia e outros, tanto no âmbito de produção do conhecimento como nas campanhas do conjunto CFESS/CRESS e Enesso. Contudo, ainda temos muito que avançar até o Serviço Social consolidar suas bases. Por volta de 1946, com a criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), aconteceram diversos movimentos de mulheres no Brasil, os estudos de gênero são recentes datados a partir de 1990, mas, em 1932, Nísia Floresta já havia publicado *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, por exemplo, um dos muitos exemplares que serviram de base para as diversas lutas do movimento feminista no Brasil, e, o Serviço Social, não acompanhou esse processo cumulativo, de bases epistemológicas e políticas, apontado para um reencontro político e epistemológico na atualidade.

Essa necessidade de pautar a interlocução entre o movimento feminista e o Serviço Social, se torna preeminente quando discutimos

o mercado de trabalho das/os profissionais, não só por ser uma profissão majoritariamente composta por mulheres, mas pela própria demanda que nos é apresentada, a persistência de questões culturais, econômicas, políticas e sociais que ainda delegam a mulher um lugar de subalternidade no cenário contemporâneo. A obra de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, publicado em 1949 na França, chegando ao Brasil na década de 1960, nos permite pensar numa quebra da naturalização dos papéis femininos e da sua conferida subalternidade, quando a mesma disse que “não se nasce mulher, torna-se mulher” ela expressa uma ideia central do movimento feminista, a desnaturalização do ser mulher, questão essa de extrema importância no cotidiano profissional.

Sendo assim, vemos o feminismo, como movimento que luta por justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres, enfatizando também a questão dos direitos humanos, uma vez que o movimento feminista que aqui aludimos é movido pelo pressuposto ético-político que denuncia o conjunto de suposições que a sociedade definiu como “natural”, engendrando práticas segundo o binômio exploração/opressão de gênero e discriminatórias para as mulheres que fogem ao padrão de normalidade estabelecido, terreno que deve ser explorado pelo Serviço Social na luta por uma sociedade mais justa.

CONCLUSÃO

No contexto supracitado, destacamos a funcionalidade da feminização de determinadas profissões para o capital, como exemplo a profissão do Serviço Social, que é em sua maioria feminina. No entanto, chama-se a atenção que não é somente o capital que se beneficia dessa relação. O privilégio de um sexo sobre outro também é reproduzido com a manutenção das mulheres em determinadas funções, mantendo inclusive uma hierarquia em profissões majoritariamente femininas. Aponta-se a necessidade de questionar se tais práticas, atributos e/ou qualidades ditas femininas, tendem a reforçar a construção dos papéis conservadores de gênero, correlacionado a desigualdade entre homens e mulheres e a desvalorização dessa força trabalho, ou se há resistência ao modelo conservador em busca da emancipação da mulher via concepções e práticas feministas.

Um dos pontos que deve ser ressaltado, centra-se no fato de que as categorias de gênero, raça/etnia, são por diversas vezes entendidas como secundárias e/ou tangenciais à formação profissional, dando-se o *status* de maior importância à categoria classe social ou

mesmo por apreendê-la como determinante às demais, o que de certo modo impossibilita uma análise que compreenda a complexidade da inserção das/os profissionais nos processos de trabalho e das próprias relações sociais, das quais o gênero é parte constituinte e integrante.

Desse modo, de acordo com essa perspectiva, aponta-se a necessidade de abranger as relações sociais contraditórias que surgem e se aprofundam no curso do desenvolvimento do capitalismo, que indica a importância da análise do processo de regulação do trabalho, centrada em uma perspectiva de sociedade dividida em classes sociais, atravessada por contradições de gênero e raça/etnia e a necessidade de articulação com os movimentos sociais que denunciam a exploração/opressão ao feminino.

Nesse contexto, há uma tentativa de apreender a totalidade que constitui o processo de precarização supracitado, o que nos leva a considerar não somente as mudanças na relação capital x trabalho, mas também as relações sociais desenvolvidas entre homens e mulheres, apreendendo questões políticas, econômicas e sociais que se desenvolvem na atualidade.

Esses pressupostos, de acordo com os dados da pesquisa, apontam uma nítida hierarquia entre os cargos de acordo com o sexo das/os profissionais correlacionados a função que exercem na política de Assistência Social no município de João Pessoa (PB), e a marca de gênero que acompanha a profissão desde a sua gênese até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Serviço social: uma profissão de mulheres e para mulheres? uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão**. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho**. Em **Aberto**, Brasília-DF, v. 15, n.65, jan./mar. 1995. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/in->

dex.php/emaberto/article/viewFile/979/883.>Acesso em: 1 mar. 2014.

_____ ; KERGOAT. Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2008.

LISBOA, Tereza Kleba. Gênero, feminismo e serviço social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13 n. 1. p. 66-75, jan./jun. 2010.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe trabalhadora tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila. **A constituição de gênero no serviço social**: um estudo a partir das manifestações de empregadores e assistentes sociais. 2003. 259 f. Tese. (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 2, p. 59-79, 1997.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 1990.

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. (Orgs.) **Mulher e trabalho**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2005.

VELOSO, Renato. No caminho de uma reflexão sobre serviço social e gênero. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 70-93, 2001.

VERDÈS-LEROUX, Jeannine. **Trabalhador social**: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986.